

Terra Terena, sonho que vem do Império

Morte de índio durante conflito em fazenda expõe drama da etnia que lutou na Guerra do Paraguai e briga por demarcação

Pablo Pereira
ENVIADO ESPACIAL / SIDROLÂNDIA

Na última quinta-feira, o índio terena Jabez Gabriel, de 41 anos, voltou ao local no qual, uma semana antes, perdera o irmão Oziel Gabriel, baleado durante ação da polícia que cumpria despejo na Fazenda Buriti, a cerca de 25 quilômetros de Sidrolândia (MS). Professor de português, fala mansa, mas firme, Jabez estava a 200 metros do local onde Oziel foi baleado.

Com familiares, Jabez acompanhou jornalistas na primeira visita ao lugar onde caiu o líder que começa a se transformar em mártir dos terenas. Jabez e Oziel são netos de Armando Gabriel, cacique terena que morreu aos 94 anos, em 2010, e incutiu nos oito netos o sonho da Terra Indígena Buriti.

Moradores da aldeia Córrego do Meio, a 4 quilômetros dali, os cerca de 5 mil terenas – a Prefeitura diz que são 2 mil, 550 deles inscritos como eleitores –, os Gabriel sofrem no centro de

uma crise fundiária que remonta aos tempos do Império. Os terenas ajudaram o Brasil na Guerra do Paraguai. Documentos públicos citam sua presença na região desde o começo do século 19.

De acordo com levantamentos do governo federal, citados em documento do Ministério Público federal do MS, “a Terra Indígena Buriti tem 2.060 hectares, fica em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti e engloba 9 aldeias, onde vivem 3.302 indígenas: Córrego do Meio, Lagoinha, Tererê, Água Azul, Berrinho, Buriti, Olho D’Água, Oliveira e Recanto. Ela foi demarcada em 1928 pelo Serviço de Proteção ao Índio”. Ao todo, os terenas somam 25 mil.

Ação e reação. Desde 1993, quando a Funai lhes reconheceu a posse da terra, fazendeiros tentam reverter judicialmente a decisão. A área pivô da atual crise tem cerca de 300 hectares e é ocupada por pecuária. Pertence à família Bacha, do ex-deputado Ricardo Bacha



PABLO PEREIRA/ESTADÃO

De volta. Índios retornam ao local onde Oziel foi baleado, durante o tiroteio com os policiais

(PSDB), que obteve dias atrás a autorização judicial para desocupação. Depois do episódio, revoltados com a ação policial, os terena deram o troco. Ocupa-

ram outras fazendas,, expandindo sua presença em pelo menos 15 quilômetros a partir da Fazenda Buriti. Na terça-feira já dominavam 12 áreas. Ordenavam a re-

tirada dos não-índios e foram acusados de saquear as casas e queimá-las.

“Saquearam as casas”, afirmou Rosana Miranda Corrêa,

produtora rural que passou a semana com a família tentando retirar o gado da Fazenda Cambará pelos fundos da área. Os índios negam os saques.

Em depoimento emocionado, em Sidrolândia, a produtora disse que a família perdeu as casas, mobília, equipamentos e gado. Outro produtor, Rubens do Amaral Júnior, perdeu tudo que tinha. Logo no primeiro dia da ocupação da Fazenda Lindoia, teve pelo menos 200 bois confiscados pelos índios.

A pacificação chegou na quinta-feira. Uma reunião entre o comandante da Força Nacional, major Luiz Alves, e líderes das nove aldeias terena acalmou os ânimos.

Até a chegada da Força Nacional as aldeias não eram seguras para ninguém. Líderes terenas admitiam não ter controle sobre seus guerreiros. Mulheres das aldeias denunciavam terem sido seguidas por pistoleiros. Agora, Jabez quer criar a Fundação Oziel Gabriel Terena para preservar a memória do confidente de Armando Terena.

Fazendeiros vivem há 12 anos em clima de tensão

Donos e arrendatários da região vivem na insegurança; para eles, problema é a indecisão do Judiciário e do Planalto

O desespero e a revolta tomaram conta de produtores rurais do município de Sidrolândia (MS) nos últimos dias. Em meio à indecisão do governo federal e do Judiciário em resolver a posse de 17,3 mil hectares que os terenas reivindicam, pelo menos 12 proprietários e arrendatários vivem aos sobresaltos. Terenas, amparados pela Funai e pelo Ministério Público Federal, conforme determi-

na a Constituição, ocupam áreas, expulsam moradores, queimam sedes e sequestram equipamentos depois que a desocupação judicial terminou em tragédia no dia 30, com a morte do índio Oziel Gabriel.

“Nós vivemos nessa tensão há uns 12 anos. Nos últimos três, piorou muito”, disse Rosana Miranda Corrêa, que criava gado na Fazenda Cambará, uma das que foram ocupadas pelos terena três dias após a morte de Gabriel. Alojada em hotel em Sidrolândia e impedida de chegar à propriedade, a família passou a semana tentando retirar cerca de 1.200 cabeças de gado, espalhadas nas terras ocupadas pelos índios, usando uma saída pe-

la Serra da Vassoura.

“Na segunda-feira, eles permitiram que nós tirássemos 180 cabeças”, contou Rosana na manhã de quinta-feira. “Agora estamos tentando tirar o restante pelos fundos, como se estivéssemos roubando o que é nosso”, protestou. A Cambará é herança da família, que alega ter título de propriedade desde antes da chegada dos terena.

“A produção é de gado especial, com melhoria genética, gado de alto valor”, contou um produtor que não quis ser identificado. Segundo Rosana, os índios mataram alguns animais durante a ocupação. /P.P.

MAIS NA WEB
TV Estadão. Veja entrevistas com os fazendeiros de MS
www.estadao.com.br/e/terena

ENTREVISTA

Francisco Maia, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul)

‘Aqui é diferente da Amazônia’

● **Qual a importância da Força Nacional em Sidrolândia?**
Dá tranquilidade, mas não resolve a questão.

● **Qual é a solução?**
A solução é o governo federal comprar as áreas (*na região, o hectare vale de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil*). Não há mais segurança jurídica nem clima para o produtor continuar lá. A vida toda produtores e índios convivem sem problema. O que há é uma orquestração política.

● **Orquestração de quem?**
Da Igreja Católica, o Cimi (*Conselho Indigenista Missionário*).

rio), ONGs. O DNA disso está na Igreja Católica. Ali não há o que se discutir sobre títulos de propriedade. Toda a documentação na região é legal.

● **Mas os índios argumentam que estão na região desde a Guerra do Paraguai, no século 19.**
Mas então São Paulo também tem de ser retomada. Nós reconhecemos a dívida social com os índios. Mas essa dívida é da sociedade, não dos produtores rurais. Os produtores rurais são vítimas.

● **Bastaria comprar e entregar para os índios?**

Sim. Mas tem uma outra questão, que é o debate sobre o direito de propriedade. O que adianta o governo liberar bilhões para a produção se não dá segurança jurídica ao produtor? Em Mato Grosso do Sul há uma área de 250 mil hectares questionada. Aqui é diferente da Amazônia. Aqui os índios vivem integrados, próximos das cidades, têm computador.

● **Os produtores vão reagir?**
Vamos fazer no dia 14 uma mobilização nacional nos Estados de conflito. Isso precisa ser debatido. /P.P.

* CENÁRIO: Roldão Arruda

Os dilemas de Dilma entre índios, PT e o agronegócio

Os números não depõem a favor da presidente Dilma Rousseff na questão das demarcações de terras indígenas. No quadro comparativo com as homologações de territórios feitas por todos os presidentes (*veja ao lado*) desde 1985, ela perde para todos.

Para ter uma ideia melhor, basta compará-la com o campeão das demarcações, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele assinou decretos de homologação de 41 milhões de hectares de terras para os indígenas. Dilma ainda está longe de um milhão de hectares.

É claro que os números de FHC cobrem oito anos e Dilma nem chegou à metade do terceiro. Mas ela também não resiste à comparação com Fernando Collor e Itamar Franco, ambos com menos de dois anos. O primeiro demarcou 26 milhões de hectares; e o segundo, outros 5 milhões.

É importante notar, porém, que os antecessores de Dilma demarcaram, quase sempre, áreas de baixa densidade demográfica e de pouco interesse para o agronegócio, localizadas na Amazônia Legal – onde estão 98,4% dos 112 milhões de hectares demarcados.

O problema de Dilma é que as grandes demandas agora não estão voltadas para a Amazônia. Os índios querem reaver territórios de regiões com maior população, preço da terra mais elevado e resistência mais organizada.

Há que se considerar outros dois fatores. O primeiro é o seu partido, o PT, que caminha decidido para o centro, aliando-se, por exemplo, com a bancada ruralista. O segundo fator está na economia. A agropecuária foi um dos pontos altos da economia no primeiro trimestre: cresceu 9,7% ante o anterior. Ela segura a balança comercial do País e empurra o PIB.

Será que Dilma está disposta a criar algum atrito com o setor?

● **Sucessão.**
Com a saída de Marta Azevedo, a sucessão na Funai é o novo desafio do governo. O PT quer o lugar mas o Planalto tende à solução interna – talvez da própria Funai.

O PANORAMA DA CRISE

● O governo quer dar mais peso a outros órgãos, além da Funai, no processo de tomada de decisão sobre demarcações de terras indígenas

O QUE É A FUNAI

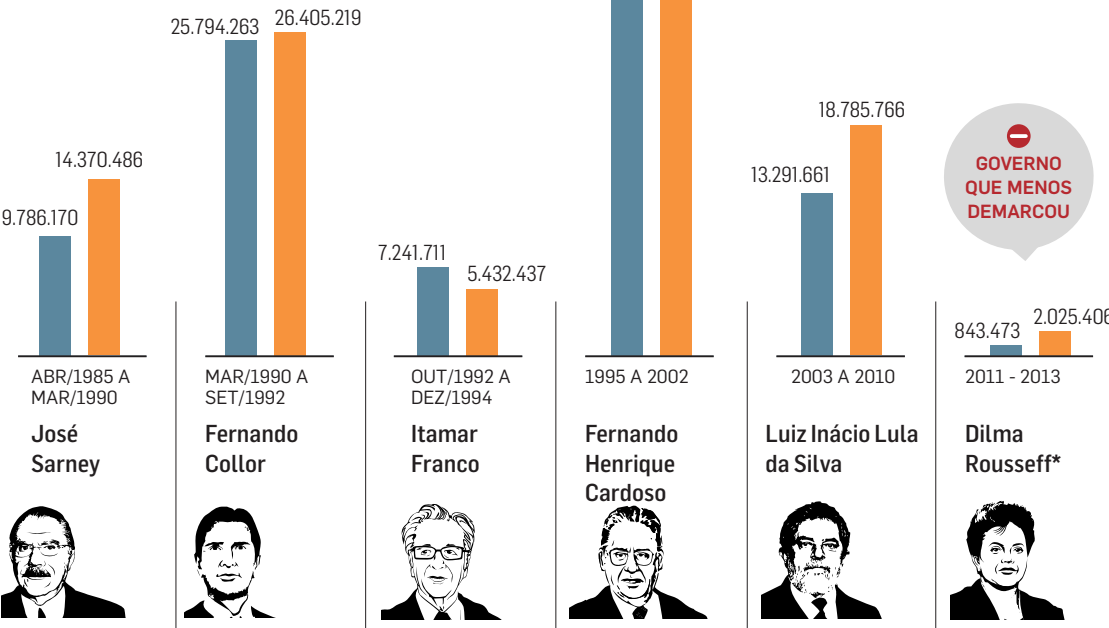
A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi criada pela Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Substituiu o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e está vinculada ao Ministério da Justiça. É o órgão federal responsável pela política indigenista brasileira. Uma de suas tarefas é demarcação de terras indígenas

Reconhecimento de terras indígenas, governo a governo

EXTENSÃO EM HECTARES

TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS
TÊM PORTARIA DO MINISTRO DA JUSTIÇA DECLARANDO POSSE PERMANENTE INDÍGENA E DETERMINANDO QUE FUNAI REALIZE DEMARCAÇÃO ADMINISTRATIVA

TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS
ESTÃO GARANTIDAS OFICIALMENTE, POR MEIO DE DECRETO PRESIDENCIAL, PARA USO EXCLUSIVO DOS ÍNDIOS



*O último decreto da presidente Dilma é de 25 de abril de 2013. Não houve terra declarada ou homologada depois dessa data

FONTES: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)/PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; FUNAI/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; CENSO DEMOGRÁFICO 2010/IBGE; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

No Sul, atraso na demarcação pune os 2 lados

Elder Ogliari | PORTO ALEGRE

Uma das situações mais tensas da disputa por terras entre agricultores e índios se estende há pelo menos um século no noroeste do Rio Grande do Sul. Preocupados com o andamento dos estudos para demarcação de pelo menos 17 terras indígenas no Estado, agricultores bloquearam uma rodovia e tiveram o pedido de suspensão dos processos atendido.

Os índios protestaram diante do Palácio Piratini, em Porto Alegre, e foram recebidos pelo governador Tarso Genro (PT), que lembrou que a Constituição estadual prevê indenização para agricultores que tiverem de sair de áreas indígenas.

Vítimas. Adilson Policena, cacique dos caingangues em São Valério do Sul, diz que “o governo tem obrigação de fazer acontecer o que diz a Constituição e garantir aos índios seu espaço de sobrevivência”. Para ele, índios e agricultores são vítimas do governo. “Conflito não traz benefício para nenhum dos lados”.

“Os agricultores estão defendendo o que é deles”, diz o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Sidimar Lavandoski. Segundo ele, a entidade defende o direito de os agricultores ficarem nas propriedades porque contam com títulos legítimos, outorgados pelo Estado.

O Estado tem, segundo a Funai, uma área homologada e 16 regularizadas, num total de 64 mil hectares. Das outras 17, objetos da disputa em curso, nove estão em fase de reconhecimento; as duas delimitadas e as seis declaradas somam 45 mil hectares.